



## A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CIDADANIA PELA “NOVA CLASSE MÉDIA”: PROPOSTA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR

SODRÉ, Diego Azevedo

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito*

*cs.sodre@msn.com*

### RESUMO

O artigo busca, num diálogo entre a teoria social de Pierre Bourdieu e as pesquisas históricas de E.P. Thompson, além da teoria jurídica, lançar luzes sobre o maior fenômeno social da história contemporânea do Brasil: o surgimento de um grupo social, classificado inicialmente como “nova classe média”. Debruçando-se sobre a literatura relativamente recente dada a historicidade do acontecimento, o autor propõe um novo enfoque interdisciplinar sobre o fenômeno. Após realizar a revisão de literatura, desde aqueles que argumentam a favor do surgimento de uma nova classe média, até aqueles que discordam e afirmam ter surgido, na verdade, uma nova classe trabalhadora, o autor levantará a hipótese de que, estudando uma possível construção social da cidadania por este grupo social, seria possível entender melhor este fenômeno social enquanto fazer-se de uma nova classe social.

**Palavras-chave:** Nova Classe Média. Nova Classe Trabalhadora. Cidadania.

### ABSTRACT

The article seeks a dialogue between the social theory of Pierre Bourdieu and the historical research of EP Thompson, in addition to legal theory, shed light on the biggest social phenomenon of the contemporary history of Brazil: the emergence of a social group, initially classified as "new middle class." Leaning over the relatively recent literature given the historicity of the event, the author proposes a new interdisciplinary focus on the phenomenon. After conducting a literature review, from those who argue for the emergence of a new middle class, even those who disagree and claim have arisen, in fact, a new working class, the author will address the hypothesis that studying a possible social construction of citizenship by this social group, it would be possible to better understand this social phenomenon as the making of a new social class.

**Key-words:** New Middle Class. New Working Class. Citizenship.

Durante a assim chamada “era de ouro” do capitalismo, dos anos 40 aos 70 do século XX, houve grande crescimento econômico aliado a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, em geral, no 1º mundo – um dos grandes motivos para este fenômeno foram demandas históricas conquistadas pelo movimento operário. Inspirado por um modelo de cidadania universal, o Estado de Bem-estar Social ou *Welfare State* trouxe também amplos direitos para a maioria das pessoas, sem necessariamente ter que se trabalhar para tê-los (FRANÇA *et alii*, 2008; ANTUNES, 2000).

Entretanto, no Brasil, apesar de muitos benefícios trabalhistas e sociais típicos do *Welfare State* terem sido implantados, um sistema universal de proteção social nunca se efetivou. Mesmo com tantas vitórias que os trabalhadores arrancaram dos patrões com leis de regulação do trabalho (por exemplo, a proibição do trabalho de menores de 12 anos [1891], a



primeira lei de férias [1925], a implementação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) [1943] e o décimo-terceiro salário [1962]), os direitos cívicos quanto políticos eram fraquíssimos: os períodos em que mais se avançou em benefícios sociais e trabalhistas também foram aqueles marcados por ditaduras (FRANÇA *et alii*, 2008).

Por conseguinte, Marília Medeiros (2009), ao analisar o processo histórico de reestruturação produtiva no Brasil, afirma que, apesar dos direitos trabalhistas conquistados, muitas pessoas pertencentes à classe trabalhadora não foram beneficiadas pela legislação trabalhista:

Como o desemprego faz parte da estrutura produtiva brasileira, não se conseguiu como nos países centrais, o pleno emprego. Isto é, a integração de grandes parcelas de trabalhadores ao trabalho industrial, resultando com isso, amplas parcelas da população, fora das benesses que do desenvolvimento, incluídas nos setores tradicionais da economia. Estes trabalhavam sem vínculo formalizado e sem salários definidos. O setor industrial no Brasil, não foi suficiente para incorporar todos ao modo de produção fordistas, gerando uma estrutura produtiva e uma gestão da classe trabalhadora bem diferentes dos países centrais. Sabe-se que o salário desempenhava uma função fundamental, na medida em que funcionava também como elemento de persuasão da classe trabalhadora e permitia sua integração ao consumo de massa. (MEDEIROS, 2009, p. 62)

Por conseguinte, desde a crise do taylorismo-fordismo e a reorganização do capital em torno de da experiência neoliberal – que se iniciou a partir da década de 70, o mundo do trabalho sofreu mudanças profundas. A queda das taxas de lucro; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; a hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos; a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do *Welfare State*, devido aos enormes gastos públicos incapazes de serem suportados pela máquina pública; o incremento acentuado das privatizações; etc, foram fatores para o desenvolvimento de um projeto político-econômico de acumulação flexível, que desmantelou diversas conquistas da classe trabalhadora (ANTUNES, 2000).

Por conseguinte, a grande mobilidade e fluidez de capitais por todo o mundo influenciou um movimento político chamado de *neoliberalismo*, o qual fez com que muitos trabalhadores que antes gozavam de direitos historicamente conquistados se juntassem aos outros que desde antes estavam impedidos por marcadores sociais de diferença a usufruir plenamente dos direitos sociais e cívicos fordistas. A incerteza quanto às condições de vida, que

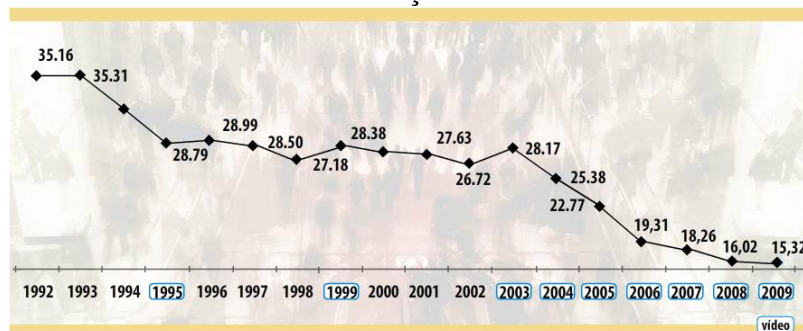


antes era para alguns grupos, hoje é construída no cotidiano da maioria dos trabalhadores pelo mundo também sob a forma de uma nova cultura inerente a um novo capitalismo.

De acordo com Richard Sennett (2006), esta série de transformações econômicas ao final do século XX, no que tange à revolução das forças produtivas – a 3ª revolução industrial – e a uma política conservadora, que entende o Estado como um mero administrador, tendo que cortar gastos supérfluos como a seguridade social, abrangendo um novo marco legal nas relações de produção, só foi possível de alcançar tamanha amplitude no mundo do trabalho hoje porque teve o amparo de uma nova cultura pautada em indivíduos, nas palavras de Sennett (2010), “desenjaulados”, mas, ainda sim, presos.

No entanto, apesar de hoje o trabalho formal, condição importante para o sentimento de pertencimento à classe trabalhadora (sintetizado no sonho da carteira de trabalho) estar, para muitos, incerto, já que, no Brasil e no mundo, o trabalhador hifenizado, informal, e flexível se torna regra (FISCHER & TIRIBA, 2009; FRANÇA *et al*, 2008), não podemos ignorar que, ao mesmo tempo, a sociedade brasileira passa por uma grande transformação em sua estrutura social, no que tange, como veremos adiante, em aspectos econômicos e culturais. Como podemos ver no gráfico abaixo, na primeira década do século XXI, cada vez mais pessoas estão saindo de um estado de miséria no Brasil:

*Tabela 1 Evolução da miséria:*



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Por conseguinte, mesmo que o Brasil continue sendo um país extremamente desigual, as políticas públicas postas em prática pelo Partido dos Trabalhadores (PT), nas figuras dos presidentes Lula e Dilma, em 10 anos de governo, melhoraram consideravelmente a vida de milhões de brasileiros, aumentando o poder de compra de uma grande parcela média da população em geral: em 2009, a classe C era composta de 50,5% (94,9 milhões de pessoas) em termos absolutos, além de possuir o maior poder de compra em relação às outras classes (de E a A) (em 2008, de 45,66% também em termos absolutos) (NERI, 2010). Marcelo Neri (2008),



neste sentido, ao estudar as mudanças econômicas do país nas últimas décadas, propõe um conceito para compreender este segmento populacional em ascensão social que será popularizado pela mídia e usado pelo governo federal para justificar seu slogan de “país sem miséria”, enquanto se tornará objeto de uma celeuma acadêmica: a **nova classe média**.

### **O debate sobre o surgimento de uma nova classe média brasileira**

Neri (2012) sustentará, com ênfase, que este grupo de trabalhadores que ascendeu socialmente pode ser chamado de “nova classe média” porque, no passado, estavam de fora da sociedade de consumo de massas, ao qual antes estava reservado à classe média tradicional. Na “pequena grande década”, entretanto, a geração de empregos com carteira de trabalho assinada, aliada com as políticas públicas distributivas, fizeram com que milhões de trabalhadores saíssem da extrema pobreza e outros milhões pudessem, agora, consumir bens de consumo duráveis que, antigamente, só podiam ser adquiridos pelas classes B e A, como carro, domicílio, geladeiras, DVDs, televisores, fogões, entre outros. A classe C, inclusive, pode viajar de avião e fazer turismo, outrora algo que estava fora de cogito, no máximo frequentar rodoviárias. Estes bens e os novos espaços de interação social proporcionam a esta camada social criar novas experiências de vida, que, outrora, só faziam parte do cotidiano das classes B e A – símbolos de ostentação da classe média tradicional agora são portados pela classe C:

O que é ser de Classe C? Computador, celular, carro, casa financiada, crédito em geral e produtivo em particular, conta-própria e empregadores, contribuição previdenciária complementar, se sairmos daquelas iniciadas com C temos ainda diploma universitário, escola privada, plano de saúde, seguro de vida. Mas de todas, a volta da carteira de trabalho, talvez seja o elemento mais representativo de ressurgimento de uma nova classe média brasileira. (NERI, 2008, p. 41)

Para corroborar sua argumentação, Neri dialogará com Friedman, afirmando, com base no alto índice de felicidade futura (IFF) do brasileiro (média de 8,78) (NERI, 2012, p. 73), que este grupo social tem “um plano bem definido de ascensão social para o futuro” (NERI, 2012, p. 80), ao investir no ensino técnico e superior, por exemplo.

O economista acredita, enfim, na sustentabilidade do crescimento da mobilidade social e permanência dos que já melhoraram de vida se as políticas públicas distributivas continuarem, além de um ambiente de trabalho e negócios favoráveis, dada as experiências de fomento ao



empreendedorismo (microcrédito) do Crediamigo e do Banco do Nordeste (NERI, 2012, p. 261).

A seguir, Souza & Lamounier (2010), dialogam com Neri, indagando sobre as condições de sustentabilidade da classe C como classe média. Além dos fatores econômicos – 1) a distribuição de renda, 2) as reformas trabalhistas e tributárias e 3) a mobilidade ter dependido mais do consumo que de novos padrões de organização ou desempenho na produção, os autores levam em questão os recursos “weberianos”, i.e. educação, empreendedorismo, atitudes produtivas em relação ao trabalho, etc., e os recursos políticos, ou seja, a “capacidade de articular seus interesses, de pressionar o sistema político e, no limite, de projetar uma visão da sociedade consentânea com seus objetivos e valores” (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 4).

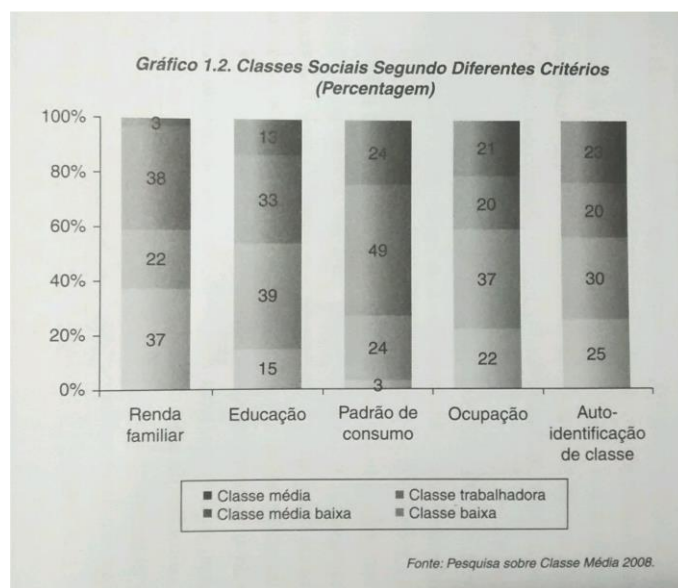
Realmente, os autores apresentam alguns critérios utilizados na literatura para identificar a classe média: critérios objetivos (educação, renda e ocupação) e subjetivos (identidade de classe). Os cientistas sociais argumentam que cada vez mais diminui o grau de disparidade educacional no país, aliada à queda da desigualdade de renda, “sendo [a educação, portanto] erodida como marca de classe” (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 14). A renda é, a seguir, outro critério, utilizado; entretanto, os autores apresentam uma variante à análise que, ao invés de se basear diretamente no rendimento, classifica as classes sociais pelo poder de consumo. Por fim, enfatizam a importância de levar em consideração nas pesquisas o conjunto de ocupações dos grupos sociais, a partir de um comportamento econômico que busca uma renda permanente, ou seja, ocupações “apropriadas” para manter, na média o mesmo padrão de vida, ao longo dos anos (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 16).

Souza & Lamounier, portanto, defenderão que a classe média brasileira deve ser compreendida, principalmente, por critérios subjetivos, dado que “a definição econômica de classe muda ao longo do tempo”, enquanto “os significados morais e culturais da vida de classe média” são estáveis. (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 16). De acordo com o modelo de democracia contemporânea trazido pelos autores,

ser de classe média significa valorizar a competição e o mérito, o respeito à liberdade individual e a igualdade perante a lei. Mais democrática e aberta a processos graduais de mudança, a classe média também tende a ser mais avessa a riscos e a reagir conservadoramente sempre que se sente ameaçada. (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 16-17)



Sob os aspectos subjetivos e objetivos citados há pouco, com efeito, os pesquisadores verificaram a porcentagem de entrevistados classificáveis como classe média, classe média baixa, classe trabalhadora e classe baixa. Com a ressalva que, no caso subjetivo, os entrevistados se definiram enquanto classe social. Abaixo, um gráfico resumindo esta etapa da pesquisa, excluindo-se aqueles que não sabiam responder (5%):



De forma arbitrária, com efeito, os autores, afirmando estarem apenas simplificando a interpretação (para quem?), associam classe média a classe A/B, média baixa a C, trabalhadora a D e baixa a E (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 19). Este exercício parece complicado, pois não leva em consideração, a princípio, os valores compartilhados por cada entrevistado com seu cotidiano.

Os cientistas políticos, no entanto, justificam esta atitude, chamando a atenção, para a questão da cultura e valores, a partir de grupos de discussão integrados por homens e mulheres das classes A, B, C e D. Seus temas de entrevista foram consumo, empreendedorismo, busca por qualificação, capital social, valores sociais, projetos de vida e disposições políticas para a democracia. Vamos focar nossa análise, entretanto, numa interpretação jurídica da pesquisa.

A partir da coleta de dados sobre a nova classe média no que tange a sua visão sobre direitos sociais, individuais e políticos, os autores, concordando com Neri, enfatizarão na existência de uma grande classe média brasileira (classes A, B e C), a qual teria “indignação moral”, i.e., aversão à transgressões como corrupção, drogas e violência (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 120) e nem tanto a não pagar passagem ou comprar produtos



pirateados (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p.119) dada às carências sociais. Isto demonstraria seu interesse em “preservar a ordem social, sobretudo, por meio da legislação penal, criminalizando comportamentos transgressivos” (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 102).

Entretanto, a classe média, num todo, possui baixo capital social, ou seja, por suas relações sociais não serem diversas, por não estarem associadas a quase nenhuma organização, restringindo seus contatos à família e amigos (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 111). Sendo assim, a falta de confiança para fora dos círculos da família e amigos constitui, segundo os autores, empecilho para a democracia, além de colocar em cheque a sustentabilidade do crescimento da classe média brasileira.

Finalmente, os cientistas sociais afirmam que existe um consenso sobre a democracia como a melhor forma de governo entre os entrevistados de classe média, mas, ao mesmo tempo, existe uma profunda desconfiança em relação a suas instituições (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p. 133-134), por exemplo, os partidos políticos. A falta de compreensão e interesse no jogo político; a associação direta da atividade política com corrupção; a má compreensão de conceitos-chaves da ideologia; tudo isto caracteriza a natureza ambígua da cultura política da classe média brasileira.

Entretanto, junto com estas pesquisas, existem autores que possuem uma interpretação contrária sobre o mais recente fenômeno de mobilidade social no Brasil. Primeiramente, Pochmann (2012) realiza uma pesquisa sobre as transformações na economia brasileira desde os anos 70 até o início do século XXI, enfatizando as mudanças na base da pirâmide social. Argumenta ele que, do surto industrial dos anos 70-80, com forte inflação e arrocho salarial, passando pelo período de relativa estagnação nos rendimentos nos anos 90, pelo controle da inflação e a baixa geração de empregos, até os anos 2000, a economia brasileira se transformou consideravelmente, desde a expansão relativa do setor terciário, até a produção de diversos novos postos de trabalho (principalmente neste setor), os quais incluíram milhões de brasileiros que estavam na informalidade, fora do amparo das leis trabalhistas.

Percebendo a grande expansão do setor de base da estrutura social, no entanto, alerta o autor, que não se pode considerar que houve a formação de uma nova classe média, por conta da baixa remuneração de até 1,5 salário mínimo dos 2 milhões de empregos gerados, em média, ao ano, na primeira década do século XXI (POCHMANN, 2012, p. 19). Além disto,

um em cada dois chefes de família sem escolaridade ou com ensino fundamental incompleto é incluído na condição de “nova classe média” ou,



ainda, na mesma classificação social da metade das famílias que mora em favelas no país. (POCHMANN, 2014, p. 16)

Segundo o economista, o que, na verdade, ocorreu foi que,

Por intermédio de significativa expansão do nível de emprego com remuneração levemente acima do valor do salário mínimo e garantia de renda aos segmentos empobrecidos da população, ocorreu a incorporação de quase um quarto dos brasileiros no mercado de consumo de massa. (POCHMANN, 2014, p. 71)

O autor, conclui, assim, que o “superdimensionamento” do conceito de nova classe média, massificado midiática e governamentalmente (apesar de Pochmann referir-se somente a “alguns”, provavelmente, por motivo partidário), é sintomático de uma “miragem” a favor da substituição de políticas sociais universais pelas soluções do mercado, baseada, por exemplo, em microsseguros:

Se um país assume a condição majoritária de classe média, mesmo que na condição de mito, abre-se a possibilidade de ser vista até como natural a defesa de serviços ofertados exclusivamente pelas forças do mercado. A partir do rendimento de “nova classe média”, o projeto político da liberdade de comprar o que melhor convier se expressaria pelo meio propagandístico da justiça social, ainda que falsa. (POCHMANN, 2014, p. 16)

Posicionamentos mais críticos, entretanto, são apresentados numa coletânea de artigos organizados por Bartelt (2013). Nela, pretende-se pensar e indagar, além dos significados para o conceito de classe média, os impasses e possibilidades para um projeto político nacional em que a sociedade seja majoritariamente formada por uma grande classe média.

Na introdução, o organizador e editor afirmará que está presente hoje na sociedade uma narrativa construída pelos Governos Lula e Dilma de criação de uma nova classe média, “que se trata menos de um fato sociológico e mais de um projeto de estratégia e marketing políticos” (BARTELT, 2013, p.4). O pesquisador enfatiza que, apesar dos ganhos reais do salário mínimo, classificar como “classe média” este fenômeno é errôneo, visto o custo de vida nas cidades:

De fato, não fosse a força propagandística do governo e suas instituições publicitárias e científicas incumbidas para tal fim, este livro talvez nem precisasse ser publicado, de tão óbvio e evidente é a crítica que constata: uma classe que dispõe de entre 1.200 e 5.174 R\$ de renda familiar, visto o nível de custo de vida nas grandes cidades, não constitui uma nova classe média (BARTELT, 2013, p. 6)





Assim, sendo, Sonia Fleury (2013), a seguir, lembra aos leitores do artigo 3º da Constituição Federal de 1988, que afirma ser objetivo do Estado “a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com a erradicação da pobreza e da marginalização, e redução das desigualdades” (FLEURY, 2013, p. 71) Entretanto, defende que está em curso no país a substituição da “fetichização do poder de Estado”, correspondente ao projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas à Ditadura civil-militar (Estado como sócio estratégico), à “fetichização da eficiência do mercado” em dar conta das necessidades de reprodução social, ao invés do fortalecimento do Estado de Direito:

A fetichização do poder do Estado que correspondeu ao projeto nacional desenvolvimentista ao invés de dar lugar ao Estado democrático fortalecido foi substituída pela fetichização da eficiência do mercado, agora concebido como o que é suficiente para atender de forma satisfatória às necessidades de reprodução social. Em ambos os casos, desconsidera-se a sociedade, as relações e correlações de forças, os valores compartilhados, os conflitos social e o aspecto relacional de classes, que por fim é a essência da relação de poder. (FLEURY, 2013, p. 71)

Uma outra consequência da privatização é, paradoxalmente, a sobrecarga dos serviços públicos estatais, porque os planos e seguros privados de saúde se tornam cada vez mais precários, ao mesmo tempo em que aumentam os preços. (BARTELT, 2013, p. 10)

Por conseguinte, usando as considerações sobre a cultura de Bourdieu a partir dos capitais simbólicos, quanto de Charles Taylor sobre hierarquias morais, Jessé Souza (2010) coordenou uma ampla pesquisa para compreender a nova classe média, a qual ele defende que deveria, na verdade, ser classificada como nova classe trabalhadora, devido às longas jornadas de trabalho que se resumem, geralmente, em dois ou três empregos, até mesmo aliados aos estudos em busca de melhor remuneração.

Por que não podemos, defende o autor, conceitualizar o grupo de brasileiros que ascenderam socialmente da miséria para uma condição de melhor renda no início do século XXI, como nova classe média? A classe média (e nenhuma outra classe) não pode ser caracterizada apenas por critérios econômicos como de renda, usado pela análise “conservadora”, nem pela sua posição dentro da produção social, como o marxismo clássico. O autor compreende a classe média dentro de uma classe maior, porém a menor das classes, que se chama a “classe dos privilégios no Brasil” (SOUZA, 2013, p. 61). Esta classe é formada por aqueles que possuem mais capital econômico e cultural, de forma a se distinguir, a partir do seu estilo de vida, dos não-privilegiados. Seu privilégio, na verdade, reside no fato de serem os



únicos a terem as pré-condições de aprenderem a acumular estes tipos de capital, reproduzindo sua condição de classe ao longo das gerações:

[...] mesmo nas classes mais altas, que monopolizam o poder econômico, os filhos só terão a mesma vida privilegiada dos pais se herdarem também o “estilo de vida”, a “naturalidade” para se comportar em reuniões sociais, o que é aprendido desde tenra idade na própria casa com amigos e visitas dos pais, ao aprender o que é “de bom tom”, ao aprender a não serem “over” na demonstração de riqueza como os “novos ricos” e “emergentes” etc. Algum capital cultural é também necessário para não se confundir com o “rico bronco”, que não é levado a sério por seus pares, ainda que esse capital cultura seja muito frequentemente, mero adorno e culto das aparências [...] É a herança imaterial [...] na verdade, que vai permitir casamentos vantajosos, amizades duradouras e acesso a relações sociais privilegiadas que irão permitir a reprodução ampliada do próprio capital material. (SOUZA, 2009, p.19)

235

Apesar, entretanto, de possuir menos capital econômico, a classe média

[...] ao contrário da classe alta, se reproduz pela transmissão afetiva, invisível, imperceptível porque cotidiana e dentro do universo privado da casa, das condições que irão permitir aos filhos dessa classe competir, com chances de sucesso, na aquisição e reprodução de capital cultural. O filho ou filha da classe média se acostuma, desde a tenra idade, a ver o pai lendo jornal, a mãe lendo um romance, o tio falando inglês fluente, o irmão mais velho que ensino os segredos do computador brincando com jogos. (SOUZA, 2009, p.19)

Se as classes dominantes são as que possuem maior capital econômico e cultural e, primordialmente, as condições para apreendê-los e torná-los corpo, ou seja, incorporá-los a sua vida cotidiana, quem são os “desprivilegiados”? O sociólogo os conceitua, provocativamente, como “ralé estrutural”:

O processo de modernização brasileiro constitui [...] também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político [...] de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. (SOUZA, 2009, p. 21)

A relação, por conseguinte, entre estas duas classes sociais é marcada por uma exploração sistemática dos dominadores. No entanto, esta relação social não se restringe à renda ou à posse (ou não) dos meios de produção. Tanto a nível simbólico quanto a nível moral,



o autor analisa que este grupo social possui baixo capital cultural e econômico, em relação às elites, dado que, como vimos acima, estes possuem o privilégio de, além de herdar a riqueza dos pais, herda também seus conhecimentos e possuem condições privilegiadas de reprodução de sua classe, tudo em cima do não-privilégio das classes mais precarizadas. O fato da classe média e da elite não precisar trabalhar para estudar só é possível porque há quem trabalhe para eles, por exemplo, a doméstica e a família para a qual trabalha:

Se pensarmos nas empregadas domésticas, temos uma idéia de como a classe média brasileira, [...] tem o singular privilégio de poder poupar o tempo das repetitivas e cansativas tarefas domésticas, que pode ser reinvestido em trabalho produtivo e reconhecido fora de casa. Como não pensar também nos serviços sexuais de baixo preço – não só de prostitutas, mas de todos os indivíduos em situação de dependência – de uma classe a outras? Como não pensar também na “naturalização” de serviços de saúde de primeira qualidade para as classes privilegiadas – classe média e alta – e de segunda qualidade para os mais pobres? O mesmo acontece com a escola, com o acesso à justiça etc. Essa é a nossa verdadeira “luta de classes” intestina, cotidiana, invisível e silenciosa, que só ganha as machetes sob a forma “novelizada” da violência transformada em espetáculo e alimentada pelos interesses comerciais da imprensa [...] o que temos aqui [...] é a oposição entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e as demais classes sociais que são, ainda que diferencialmente, incluídas. (SOUZA, 2009, p. 24-25)

Além disto, há uma hierarquia moral que é inculcada em cada indivíduo de dignidade/indignidade, que serve de referencial para nossas ações cotidianas. Segundo o sociólogo, este binômio

não é um valor moral específico mas um conjunto de características psicossociais incorporadas, emocionais e cognitivas que fazem com que tanto a autoestima pessoal, quanto o reconhecimento social sejam possíveis. É essa seleção prática que qualquer entrevista de emprego no mercado ou qualquer prova de concurso público procura fazer. É a mesma seleção que fazemos todos os dias acerca de quem apertamos a mão ou de quem evitamos até usar a mesma calçada. Essa dimensão é tão encoberta e escamoteada quanto a dimensão dos capitais não econômicos. (SOUZA, 2013, p. 64)

Aqueles que são, na verdade, privilegiados pela lógica descrita acima, vêem seu sucesso a partir de valores ditos “consensuais” da meritocracia: a igualdade de oportunidades, a isonomia dos processos de escolha, deixando vencer aquele com mais competência, aquele que possui **mérito**. Os que não possuem privilégios se culpam por não terem vencido a luta por recursos econômicos e culturais escassos, que estão praticamente monopolizados pelas elites. Opera-se, assim, a violência simbólica, que separa a sociedade entre dignos e não-dignos:



O domínio permanente de classes sobre outras exige que as classes dominadas se vejam como inferiores, preguiçosas, menos capazes, menos inteligentes, menos éticas – precisamente o que reencontramos em todas as nossas entrevistas. Se o dominado socialmente não se convence de sua inferioridade não existe dominação social possível. (SOUZA, 2013, p. 63)

Sendo assim, se na sociedade brasileira, temos classes sociais que reproduzem indefinidamente sua situação de classe, como explicar o atual processo de mobilidade social, em que milhões de brasileiros têm acesso hoje a bens de consumo duráveis, entre outros, ou seja, a uma vida melhor? Souza explicará, então, que na ralé formou-se uma elite que ascendeu socialmente por desenvolver as pré-condições necessárias para trabalhar dentro do sistema competitivo e capitalista.

Este segmento da classe trabalhadora, na verdade, ascendeu socialmente, como um dos principais motivos, pela criação de empregos formais; só que, para ingressar e permanecer no mundo do trabalho de carteira assinada é necessário aos batalhadores ter e conservar “dignidade”, como especificado acima.

Mesmo não tendo capital cultural e capital econômico igual a às elites econômicas e culturais, a dignidade, portanto, é o sentido da ação que permite aos batalhadores ascenderem socialmente, aliada às mudanças econômicas. O que a efetiva é o que falta à ralé, além de alto capital familiar, ou seja, “possuem família estruturada, com a incorporação dos papéis familiares tradicionais de pais e filhos bem desenvolvidos e atualizados” (SOUZA, 2010, p. 50), que se substancializa efetivamente na transmissão de uma ética do trabalho específica:

É importante perceber a diferença com relação às classes médias, em que a “ética do trabalho” é aprendida a partir da “ética do estudo” como seu prolongamento natural. Os batalhadores, na sua esmagadora maioria, não possuem o privilégio de terem vivido toda uma etapa importante da vida dividida entre brincadeira e estudo. A necessidade do trabalho se impõe desde cedo, paralelamente ao estudo, o qual deixa de ser percebido como atividade principal e única responsabilidade dos mais jovens como na “verdadeira” e privilegiada classe média. [...] Como consequência, toda a vida posterior e todas as escolhas – a maior parte delas, na verdade, escolhas “pré-escolhidas” pela situação e pelo contexto – passam a receber a marca dessa necessidade primária e fundamental (SOUZA, 2010, p. 51).

Entretanto, o que diferenciará a nova classe trabalhadora da ralé é a “possibilidade da incorporação pelos batalhadores dos pressupostos para o aprendizado e o trabalho” (SOUZA, 2013, p.62):



A nova classe trabalhadora parece se definir como uma classe com relativamente pequena incorporação dos capitais pessoais mais importantes da sociedade moderna, capital econômico e capital cultural – o que explica o seu não pertencimento a uma classe média verdadeira –, mas, em contrapartida, desenvolve disposições para o comportamento que permitem a articulação da tríade disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo. Essa tríade motivacional para o trabalho e disposicional conforma a “economia emocional” necessária para o trabalho produtivo e útil no mercado competitivo capitalista. Seja por herança familiar, [...] seja como resultado da socialização religiosa, ou seja por ambos, o fato é que existia um exército de pessoas dispostas a trabalho duro de todo o tipo como forma de ascender socialmente. As novas formas de regime de trabalho do capitalismo financeiro em nível mundial encontraram nelas [...] sua “classe suporte” típica para possibilitar o novo regime de trabalho do capitalismo financeiro. [...] essa nova classe logrou ascender a novos patamares de consumo a custo de extraordinário esforço e sacrifício pessoal. (SOUZA, 2010, p. 367)

Portanto, além de estar ligada a suas origens, sendo comunitária, ela possui

[a] capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no trabalho. (SOUZA, 2010, p. 50)

Por conseguinte, outro trabalho interessante no qual se dialoga economia e cultura constantemente foi realizado por Leticia Veloso (2011). Nele, a autora, procura compreender como aqueles que estão sendo chamados de “nova classe média” produzem a si mesmos durante o cotidiano. Seu foco será o que está no imaginário deles de “classe média” como uma situação “normal”, ou, nas palavras de Bourdieu, *taken for granted*: sua prática cotidiana se trata em domesticar bens de consumo tidos como pertencentes à classe média em existentes rotinas da classe trabalhadora. O objetivo disto é a busca destes que sempre foram marcados socialmente de maneira negativa por inclusão social.

Em outras palavras, para a pesquisadora, as práticas desta parcela da classe trabalhadora tidas moralmente como “consumistas”, ou seja, “superficiais”, tem um profundo sentido: a busca por reconhecimento como pessoas de valor num universo simbólico marcado pela aparência de igualitarismo, mas essencialmente racista e determinado por relações de classe.

Veloso demonstra, portanto, que o trabalhador da nova classe média tem consciência, dentro da sociedade de consumo brasileira, da sua situação contraditória: possui os mesmos bens de consumo que a classe média tradicional, mas ainda sim é vista negativamente como inferior em relação à classe média e às elites. Veloso afirma, então, que a entrada da nova classe



média na sociedade de consumo é a forma possível no momento para ela **afrontar e mudar** a hierarquia social do Brasil:

By looking closely at what people actually do with their money, and then with the objects they have bought, I suggest that what becomes visible is a changing mode of negotiating difference and hierarchy in Brazilian society, where both these notions have highly peculiar meanings. The new middle class, through its imaginations and practices, and through its consumption, upsets this logic of hiding the latter to express the former. Hence, on one level, it seems to at the very least be making a (symbolic) stand against such ingrained privilege and differentiation, by “stirring up” a very hierarchical and differentiated society. In this light, such practices are both expressing an underlying symbolic logic (of egalitarianism and difference), and trying to change it (VELOSO, 2011, p.13).

### **A construção social da cidadania: uma contribuição interdisciplinar ao debate**

Vimos, portanto, que, atualmente, o fenômeno social mais impactante na história recente do Brasil é o surgimento de um grupo de indivíduos, outrora marginalizados, que adquiriram pelo suor do trabalho e/ou dos estudos, uma melhor renda e qualidade de vida, a partir, principalmente, do poder de consumo, dentro de um contexto político-econômico de retomada do crescimento econômico, com abertura de novos postos de trabalho, em maior parte do setor de serviços, e de políticas públicas sociais distributivas, como o bolsa-família. O aumento real do salário-mínimo, com efeito, criou as condições para um conjunto de pessoas, outrora excluído da sociedade de consumo de massas, ter a propriedade de bens que faziam parte, outrora, somente do universo social da classe média e da elite econômica, desde eletrodomésticos até planos de saúde e a casa própria.

Entretanto, o grande debate, analisado acima, que se trava na academia não é sobre a real mobilidade social e suas características econométricas, mas sim a sua interpretação, enquanto transformação da estrutura social. Qual é a forma “correta” ou “mais verdadeira” de conceituar este grupo social ascendente? Uma nova classe média que aspira realizar seus sonhos de consumo? Um novo segmento social de uma grande classe média, que apesar de ter menos renda, se caracteriza, essencialmente, pela defesa dos valores democráticos compartilhados? Uma nova classe trabalhadora que se distingue da classe média por critérios econômicos de vulnerabilidade, como saúde e educação, moradia, habitação e transporte público de má-qualidade? Que se encontra nas ocupações de baixa renda, na base da pirâmide social? Uma nova classe trabalhadora que não participa das lutas por distinção e possui valores



diferentes das elites econômicas e culturais? Uma classe social que busca ser inserida pelo consumo na “boa” sociedade?

Portanto, todas estas interpretações possuem, na minha análise, uma lógica razoável, dados os valores orientadores e metodologias utilizadas, que deveriam ser levados em consideração e não serem meramente deixados de lado. No entanto, a interpretação e sua argumentação lógica são também, em todas as pesquisas, uma tentativa ideológica e valorativa, seja mais claro ou disfarçado “cientificamente”, de orientar para onde vai resultar este processo social ao longo das próximas décadas. Quando os autores pensam nisto, realmente, pensam que tipo de mercado, que tipo de regime político, que tipo de direitos, que tipo de justiça social, ou seja, que tipo de sociedade eles defendem ser o melhor para o país.

Apesar, no entanto, de Neri querer “tranquilizar os sociólogos”, referindo-se à nova classe média como conceito apenas econômico, e não social, dado estar a classe C na média das classes sociais, ele se contradiz ao defini-la a partir de critérios subjetivos e valorativos. Souza & Lamounier irão justamente seguir esta abordagem, com a diferença de complexificá-la com questões políticas. Tanto a classe A, quanto a B e C, compartilham, segundo sua pesquisa, tanto os tipos de bens de consumo duráveis (econômico) quanto possuem valores políticos muito parecidos (cultura política). Suas perguntas têm como referencial seu modelo de democracia contemporânea, em que possui uma grande classe média que valoriza a iniciativa privada e possui indignação moral com o patrimonialismo e a transgressão das leis mais essenciais para a manutenção da ordem social. Nossa classe média, entretanto, não se encaixa “perfeitamente” neste modelo. Os autores defenderão, assim, medidas políticas dos governos e maior organização política da classe média, com ênfase na menor participação em organizações da nova classe média, para por em pauta seu projeto político pautado nos seus valores políticos. Concluem os autores que somente estando de acordo com o modelo dos países de primeiro mundo, o desenvolvimento sócio-econômico, com a ampliação da classe média, será sustentável.

Afinal de contas, de que democracia os entrevistados pensam na hora de responder, por exemplo, se é favor deste regime? Democracia não é somente aquela oferecida pelas soluções do mercado para consumo, mas também existem aquelas que se pautam pelo respeito, tanto a direitos individuais, quanto os sociais e políticos. Será que os valores compartilhados pelos “emergentes”, enriquecidos pela sua experiência de vida, são todos iguais aos da classe média,



ou será que possuem uma característica específica, influenciados por um modo de vida da classe trabalhadora?

Vários autores trarão críticas a interpretação de Souza & Lamounier, levando em consideração, por exemplo, a classificação de classe média pelo lugar na produção, como faz Marcio Pochmann, ou pela análise de outras formas de acumular poder (não meramente econômico) que não estão disponíveis (ou são impensáveis) às classes populares, como afirma Jessé Souza e outros. Para estes, o *habitus* desta classe é diferente do das classes altas, possuindo características únicas, se orientando mais por uma certa ética do trabalho ou pela maneira de navegar pelo universo social e domar seus símbolos.

Diferentemente da maioria, que compreende o consumo somente pelo seu lado negativo, ou seja, parte de um conjunto de características disposicionais que excluem a ralé da batalha por uma vida mais digna, excluindo-se dos batalhadores, poupadores e parcimoniosos na hora de consumir, Letícia Veloso procura ver o consumo como a ponte para a vida digna (a vida da classe média) e como uma forma de abalar as estruturas sociais de hierarquização, que dividem brasileiros entre gente e não-gente. Pode ser que esteja sendo construído aqui, sendo assim, pelas práticas inventivas e cotidianas de uma fração da classe trabalhadora, uma cidadania de baixo para cima, por mais limitada que seja pela sociedade de consumo, já que estes também querem ser tratados com reconhecimento social, lugar somente reservado pelas elites sociais.

Minha hipótese principal, portanto, é a de que está se formando uma nova classe trabalhadora brasileira. No entanto, suspeito que esta formação não acontece como é corriqueiro na historiografia inglesa: a formação da classe trabalhadora como resultado das máquinas a vapor e da dominação burguesa, sendo a putrefação do modo de vida camponês. Defendo que é possível analisar a formação deste novo segmento social pelo método histórico de E.P. Thompson, i.e., a história vista de baixo (pra cima) (THOMPSON, 1981). Podemos comparar o processo de formação da classe trabalhadora inglesa (THOMPSON, 1987) com a “nova classe média”, no que tange a interpretação das leis de acordo com sua experiência de vida e seus valores. Além deste autor, sugiro também analisarmos a partir das contribuições de Bourdieu, não só dos capitais simbólicos (BOURDIEU, 2008), como já fazem Jessé Souza e outros, mas também pelo conceito de *habitus* (BOURDIEU, 2011). Sigo, portanto, uma orientação teórica (e, inevitavelmente, política) que analisa a luta de classes, além de ser uma





luta por recursos econômicos e culturais, uma luta de valores antagônicos, valores estes que podem ser de justiça e cidadania.

No entanto, por fazer uma pesquisa, de cunho científico, não posso transformar os meios em resultados, como erroneamente fazem Souza & Lamounier, ao confundirem seus valores democráticos como “os” valores democráticos. Isto acontece porque, assim como os marxistas ortodoxos que criticaram por querer “educar as classes”, caem no mesmo erro ao encaixar forçosamente na realidade social brasileira o modelo (neo)liberal de democracia e classe média. Nem sequer suspeitam os autores que, ao contrário, dentro desta “grande classe média” recortada por eles podem existir os mais antagônicos valores morais.

Se, portanto, não existe uma cultura política, mas *culturas* em conflito, sustento a hipótese de que há também culturas jurídicas em conflito na sociedade brasileira. A maneira de ver o mundo jurídico, pode se basear num consenso geral; entretanto, como este mundo é construído cotidianamente por este grupo potencialmente classificável de nova classe média? Como veem as instituições públicas e quais são suas expectativas em relação a elas, tendo como base seu modo de vida distinto da “classe média tradicional” e que deve se assemelhar mais aos mais pauperizados da sociedade. Como a classe C incorpora direitos políticos sociais e individuais? Para eles, o que é cidadania? Assim como o trabalhador se apodera pelo consumo dos bens de consumo duráveis com um *habitus* de classe trabalhadora (VELOSO, 2011), ele deve se apoderar também dos bens jurídicos, i.e. das condições de exercício da cidadania, pertencentes ao mundo social da classe média e elite, sob a mesma lógica. Pode ser que o que esteja acontecendo, hoje, seja, paulatinamente à formação de uma nova classe trabalhadora, a construção social de sua cidadania, de forma ativa, por este setor em ascensão social.

De forma interdisciplinar, às luzes das teorias social e jurídica, propomos compreender o fenômeno de atual mobilidade social no Brasil hoje pela produção da cidadania de baixo para cima, questão que, quando não é negligenciada, no caso da grande maioria dos trabalhos sobre o tema, encara a questão da cidadania pela produção de políticas públicas de cima para baixo. O que foi feito até agora, em geral, dentro da literatura específica, foi uma sociologia da marginalidade e exclusão social, vista de cima para baixo, ou seja, uma sociologia da **dominação** (SOUZA, 2012). Cabe a nós, portanto, contribuímos para o debate invertendo os pólos da metodologia, i.e. realizando uma sociologia da **resistência**, e da transformação.



### Considerações finais

O fenômeno atual de transformação da base da pirâmide social brasileira, por mais impressionante que seja e benéfico ao desenvolvimento social do país, não pode ser levado apenas pelo lado positivo. Há diversos problemas para a consolidação de uma cidadania plena no país, como por exemplo, os déficits nas áreas sociais. Empurrar este dever constitucional para o mercado já se provou, como em outros países, não ser a melhor solução. Inclusive, na nossa experiência, os próprios serviços contratados por parcelas cada vez maiores de pessoas possuem baixa qualidade. Tudo isto torna difícil afirmar que existe hoje uma nova classe média, se a entendermos para além de uma definição subjetiva/objetiva de um grupo de pessoas que querem crescer na vida e possuem determinada faixa de renda.

Sendo assim, propomos neste artigo um enfoque interdisciplinar para compreendermos este fenômeno tão debatido hoje: como este grupo potencialmente classificável de “nova classe média” constrói sua cidadania? Temos a hipótese que esta construção se opera a partir de um modo de vida característico da classe trabalhadora brasileira, marcado pela experiência compartilhada com setores mais pobres de má prestação de serviços públicos na área social e, diferentemente daqueles, maior poder de consumo, possuindo bens de consumo, outrora pertencentes somente à classe média e à elite econômica.

Desejamos contribuir, portanto, qualitativamente tanto para a Academia quanto para a sociedade em geral, ao estudar a nova classe média não como o partido X ou o intelectual Y diz que ela deveria ser, mas a partir do que de fato ela é e como se vê, tentando aprender com ela o que sabe, mas não sabe que sabe, sobre si e o mundo no qual trava suas lutas diárias por reconhecimento num universo simbólico, no que tange à economia, cultura, política e direito.

### REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BARTELT, Dawid Danilo. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. p. 4-13.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk/Edusp, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Outline of a theory of practice*. New York: Cambridge University Press, 2011.
- FLEURY, Sonia. A fabricação da classe média: projeto político para nova sociabilidade. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. p. 69-83.



- FRANÇA, Bárbara *et alii*. *Guia de Economia Solidária* – ou porque não organizar cooperativas para comunidades carentes. Niterói: EdUFF, 2008.
- MEDEIROS, Marília S. F. Abordagem Histórica da Reestruturação Produtiva no Brasil. *Latitude*, vol. 3, n°1, p.55-75, 2009.
- NERI, Marcelo Cortes. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2008. Disponível em <<http://www.cps.fgv.br/cps/ncm/>>. Acesso em 20 nov 2013.
- \_\_\_\_\_. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2010. Disponível em <<http://www.fgv.com.br>>. Acesso em 20 nov 2013.
- \_\_\_\_\_. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média* – capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolívar. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier/CNI, Brasília, DF, 2010.
- SOUZA, Jessé *et alii*. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2009.
- SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania – para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2012.
- \_\_\_\_\_. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. p.55-68.
- THOMPSON, Edward P. \_\_\_\_\_. *A Formação da classe operária inglesa*. 3 Vols. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Miséria da Teoria* – ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.
- VELOSO, Letícia. *Class as Everyday Imagination and Practice in Brazil*. Artigo apresentado à Environmental Awareness and Mobile Lifestyles Conference, Universidade de Lancaster, Fevereiro, 2011.